Balanço em 2011

Política brasileira de bioenergia

Caroline Rayol*

PARA A BIOENERGIA no Brasil, em 2011 os desafios afloraram, de forma a induzir a política pública para uma fase construtiva de reflexão e reorientação. Assim ocorreu com o etanol, dadas às dificuldades de abastecimento interno em decorrência da queda na produção e da conjuntura de preços. No caso do biodiesel, também remeteram à reflexão as metas aquém das desejáveis em termos de inclusão social e desenvolvimento regional, bem como o preço mais elevado desse biocombustível em relação ao diesel fóssil.

Novas políticas para o etanol

A publicação da Lei nº 12.490/2011 foi um marco importante da política pública relacionada aos biocombustíveis, passando a considerá-los bens energéticos e não produtos agrícolas. Essa lei foi sancionada com o objetivo de garantir o abastecimento de biocombustíveis em todo o território brasileiro. O Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) passou a ter a atribuição de estabelecer diretrizes para a importação e exportação de biocombustíveis.

Assim, a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) ganhou a função de regular e fiscalizar as indústrias dos biocombustíveis, da mesma forma que regula e fiscaliza a indústria do petróleo. Destinadas a regulamentar a citada lei, no fim de 2011, a Agência publicou duas Resoluções:

1º) Nº 66 estabelece que os fornecedores de etanol e distribuidores de combustíveis deverão encaminhar à ANP relatórios semanais com dados de produção, comercialização e estoques físicos próprios de etanol;

2º) Nº 67 dispõe sobre a comercialização e o estoque do etanol anidro, pelo qual o distribuidor terá de optar por um dos seguintes regimes de contrato:

- Fornecimento de combustíveis para o período de 1º de maio de cada ano a 30 de abril do ano subsequente. O volume total deverá ser compatível com, no mínimo, 90% de gasolina C comercializada pelo distribuidor no ano civil anterior, considerando o percentual de mistura obrigatória vigente.
- Compra direta com o fornecedor, em que o distribuidor deverá possuir sempre em estoque final próprio, sem considerar os estoques comprometidos com vendas para entrega futura, estoques de terceiros e estoques em trânsito, compatível com o volume de Gasolina C comercializado no mês subsequente do ano anterior, considerando o percentual de mistura obrigatória vigente.

Devido ao descompasso entre oferta e demanda, com a nova lei, a margem de manobra para alterar o percentual de etanol anidro na gasolina ficou maior: atualmente pode-se elevá-lo até 25% ou reduzi-lo até 18%. O mesmo motivo levou o Conselho Interministerial do Açúcar e do Álcool a reduzir para 20% o percentual de mistura do etanol anidro na gasolina.

Para atenuar a volatilidade de preço do etanol, foi publicada a Medida Provisória nº 554/2011, que autoriza a concessão de subvenção econômica, sob a modalidade de equalização de taxa de juros, nas operações de financiamento para a estocagem de etanol.

Biodiesel

A Comissão Executiva Interministerial do Biodiesel realizou um ciclo de audiências com todos os elos da cadeia produtiva. Esses encontros tiveram por objetivo colher críticas e sugestões com vistas a aprimorar o Programa Nacional para Produção e Uso de Biodiesel (PNPB). O maior desafio é conciliar o aumento da progressão de mistura com o desenvolvimento

Retomada do setor sucroenergético

O Plano Agrícola e Pecuário 2011/2012, lançado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, prevê linhas de financiamento para expansão e renovação de canaviais à taxa fixa de 6,75% ao ano e prazo de pagamento de cinco anos.

Durante o ano de 2011, apesar dos esforços governamentais, o setor encontrou dificuldade para expandir-se devido ao limitado acesso ao crédito: os empréstimos do BNDES ao setor sucroenergético foram de R$ 6 bilhões, valor aproximadamente 21% menor em relação ao ano anterior.

Algumas das medidas supracitadas são recentes e surtirão efeito ao longo das próximas safras de cana-de-açúcar. Essa é uma razão que se soma ao dinamismo do mercado de derivados de cana para recomendar que se fortaleça essa sinergia construtiva entre governo e iniciativa privada no sentido de edificar um planejamento estratégico bem definido e abrangente para o setor sucroenergético nacional.

regional, maior inserção da agricultura familiar, diversificação de matérias-primas e competitividade econômica do biodiesel frente ao diesel. Diante dessa realidade, houve mudanças na sistemática do leilão de venda do biodiesel, cujo resultado foi um aumento da participação da região Nordeste na venda do mesmo.

No mês de novembro, cerca de 75% da capacidade de produção nominal instalada eram formados por 35 empresas detentoras do selo Combustível Social, ou seja, parte da matéria-prima utilizada por essas empresas para produzir biodiesel é fornecida por agricultores familiares. Em 2011, mais de 100 mil famílias de pequenos produtores rurais estavam diretamente envolvidas e integradas à cadeia produtiva do biodiesel. Espera-se que esse número aumente em 2012 com a intensificação das ações de assistência técnica e extensão rural, com o Programa Polos de Biodiesel e com a atuação da Petrobras Biocombustível.

Em 2011, a ANP teve forte atuação no sentido de melhorar a qualidade do biodiesel, realizando diversas ações com esse objetivo, como:

a) divulgação da nova versão do Guia de Procedimentos de Manuseio e Armazenagem de Óleo Diesel B, documento concebido para explicar como deve ser conservado o biodiesel pelas distribuidoras e pelos postos de combustíveis;

b) intensificação das ações de regulação e fiscalização, visando acompanhar a implantação, ampliação, modernização e operação das unidades produtivas de biodiesel;

c) conclusão do Relatório Final do Grupo de Trabalho 3 em Biodiesel, cujo escopo é avaliar os pontos considerados críticos na especificação do biodiesel e do óleo diesel B, que poderiam ser impactados ao longo da cadeia de abastecimento.

Como o biodiesel degrada com mais facilidade que o diesel e tem um longo percurso desde a usina até o consumidor final, em condições de temperatura e manuseio bastante diferenciadas, essa avaliação dos pontos críticos é fundamental para a melhoria da qualidade do biodiesel, condição indispensável para a consolidação de seu mercado.

A elaboração de uma política pública eficiente consagrada à bioenergia é muito importante, porém, não é tarefa fácil dadas as características inerentes desse produto. A bioenergia, quando produzida a partir de produtos agrícolas, depende das condições climáticas. Essa traz risco para o negócio, volatilidade dos preços e necessidade de uma elevada capacidade de adaptação.

Outro aspecto delicado da bioenergia é que a matéria-prima utilizada em sua produção, item responsável pela maior parte de seu custo, pode ser destinada à alimentação. No caso dos biocombustíveis produzidos a partir da cana-de-açúcar e da soja, *commodities* cotadas em bolsa de mercadorias mundiais e amplamente consumidas, seus preços estão intimamente ligados às condições do mercado mundial de açúcar e dos produtos que fazem parte do complexo soja.

Diante desse conjunto de variáveis exógenas, é necessário um acompanhamento *pari passu* das políticas públicas e das condições de mercado, de modo que governo e setor privado possam agregar valor as suas vantagens competitivas produzindo biocombustíveis sustentáveis em larga escala. Em 2012, é preciso continuar nos avanços, pois o futuro da bioenergia exigirá políticas de incentivo e investimentos em tecnologia agrícola e industrial. As medidas a serem tomadas devem buscar uma produção de biocombustíveis economicamente competitivos com combustíveis fósseis. A palavra de ordem é fazer mais com menos. ■

*Assistente Técnica na área de Biocombustíveis da Casa Civil da Presidência da República

Política externa de bioenergia

Em 2011, o governo brasileiro realizou diversas atividades no âmbito externo e participou ativamente de grandes debates internacionais. Estados Unidos, Argentina, Senegal, Moçambique e Guiné-Bissau foram os países com os quais o Brasil firmou acordos de cooperação.

Com relação à atuação brasileira perante organismos internacionais, o Brasil tem contribuído no Bioenergy Implementing Agreement, da Agência Internacional de Energia (IEA), e na revisão crítica de documentos, inclusive do *World Energy Outlook 2011*, principal publicação dessa entidade no contexto energético mundial, incluindo os biocombustíveis.

No âmbito do Mercosul, o Grupo *Ad Hoc* sobre Biocombustíveis, formado por Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai, completou sua VII reunião em 2011. Esse grupo foi criado com o objetivo de trocar experiências sobre os avanços e as dificuldades enfrentadas pelos Estados Partes ao implementarem políticas públicas voltadas aos biocombustíveis. Além disso, seus membros buscam consolidar normas e especificações técnicas do biodiesel e do etanol anidro e hidratado com identificação dos itens passíveis de harmonização e dos que apresentam variações significativas. Essas ações promovem uma importante coordenação estratégica entre os membros do Mercosul, fortalecendo a posição do Brasil no âmbito internacional e contribuindo para a construção do mercado mundial de biocombustíveis (transformação em *commodity*).

O Brasil continuou presente e proativo nos foros internacionais sobre sustentabilidade da bioenergia. Em relação ao Global Bioenergy Partnership, no fim de 2011 foram aprovados 24 indicadores de sustentabilidade, e suas metodologias, pelo Comitê Gestor copresidido por Brasil e Itália. As negociações sobre sustentabilidade da bioenergia no âmbito da International Organization for Standardization (ISO) estão avançando de maneira satisfatória aos interesses brasileiros, graças à atuação conjunta e sinérgica do governo com o setor privado.